

ARQUEOLOGIA

3.0

III. 'RESGATAR MEMÓRIAS' - SÍTIOS, TERRITÓRIOS E COMUNIDADES



FUNDAÇÃO DA
CASA DE BRAGANÇA
MUSEU BIBLIOTECA

CHAIA
CENTRO DE HISTÓRIA DA ARTE
e INVESTIGAÇÃO ARTÍSTICA

ARQUEOLOGIA 3.0

III. 'RESGATAR MEMÓRIAS'
- SÍTIOS, TERRITÓRIOS
E COMUNIDADES

COMISSÃO CIENTÍFICA

André Carneiro (ECS - UÉ)
António Candeias (HERCULES - UÉ)
Maria de Jesus Monge (MBCB - FCB)

COMISSÃO ORGANIZADORA

João José Bilro (MBCB - FCB)
Mónica Rolo (UNIARQ - FLUL)

COMISSÃO EXECUTIVA

António Diniz (UÉ)
Inês Ribeiro (UÉ)
João José Bilro (MBCB - FCB)
Mónica Rolo (UNIARQ - FLUL)
Sara Malhado (MBCB - FCB)

COORDENAÇÃO

Mónica Rolo

APOIO TÉCNICO

Elodie Noruegas (MBCB - FCB)
João José Bilro (MBCB - FCB)

Castelo de Vila Viçosa, 14 e 15 de Março
de 2019

TEXTOS ARQUEOLOGIA 3.0 III.

Mónica Rolo
Desiderio Vaquerizo Gil
Guillermo López Merino
Jaime Almansa Sánchez
Lídia Fernandes
Carolina Grilo
Luis Alberto Polo Romero
Diana Morales Manzanares
Francisco Reyes Téllez

TEXTOS DOSSIER TAÇA DE TRÓIA

Maria de Jesus Monge
António Carvalho
Isabel Tissot
Manuel Lemos
Mathias Tissot
Hugo Xavier
Virgílio Hipólito Correia
Pedro Valério
Maria de Fátima Araújo
Maria Teresa Caetano

CONCEPÇÃO GRÁFICA, IMPRESSÃO

E ACABAMENTO

Rui Belo, Lda.

EDIÇÃO

© Fundação da Casa de Bragança

Depósito Legal: 471166/20

ISBN: 978-972-9195-57-0

Organização:



FUNDAÇÃO DA CASA DE BRAGANÇA
MUSEU-BIBLIOTECA



UNIVERSIDADE DE ÉVORA
INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO
E FORMAÇÃO AVANÇADA

CHAIA
CENTRO DE ESTUDIOS EM ARTE
E INVESTIGAÇÃO ARTÍSTICA
www.chaia.uevora.pt

Parcerias:



REPÚBLICA
PORTUGUESA
CULTURA

PATRIMÓNIO
CULTURAL
Direção-Geral do Património Cultural



U LISBOA

UNIVERSIDADE
DE LISBOA



FACULDADE DE
LETRAS



UNIARQ

ARQUEOLOGIA

3.0

III. 'RESGATAR MEMÓRIAS'
- SÍTIOS, TERRITÓRIOS
E COMUNIDADES



FUNDAÇÃO DA
CASA DE BRAGANÇA
—
MUSEU BIBLIOTECA

CHAIA
CENTRO DE HISTÓRIA DA ARTE
& INVESTIGAÇÃO ARTÍSTICA



DOSSIER TAÇA DE TRÓIA



de manuse preto fumado por

E. Labroue ? e ha tambem G. Geefe

G. GEEF

qual seu o suco? as lads ^{deos} ~~deos~~ ~~deos~~

em forma de cabacos e faconem prototypo

coladas simplesmente em na ta prototipo

1^o prototipo

do peço, de bronze cruetas e melha

dos celticos, idolo egypcio, lampada,

~~lucerna~~, estatua romana em um

~~monumento~~, uma lampada de ferro (segundo)

o nome dos machados de pedra polida

uma campainha antiga e pequena

fusos d'annua; tendo as centos em

fusos mais de veados e corças de

Tratin = Na 2^a prototipo grande

vaso de bronze, taboleu redondo, termina

em agoz muito elegante, uma taça em

forma de concha e diversos outros

peço, tudo romano (Abney e Troia)

Talvez Troia

TESOUROS ARQUEOLÓGICOS NA COLEÇÃO DE D. FERNANDO II¹

Hugo XAVIER

Conservador do Palácio Nacional da Pena
Parques de Sintra - Monte da Lua, SA.

RESUMO

D. Fernando II, rei-consorte de Portugal, reuniu ao longo da segunda metade do século XIX, no Palácio das Necessidades, em Lisboa, alguns objetos arqueológicos em ouro e prata de grande interesse patrimonial. Neste artigo pretendemos abordar a incorporação e a circulação de alguns desses objetos, hoje dispersos por coleções nacionais e estrangeiras, como a taça de Tróia (Museu-Biblioteca da Casa de Bragança, Vila Viçosa), o par de braceletes (Museu Nacional de Soares dos Reis, Porto), a “fibula Bragança” (British Museum, Londres) ou o desaparecido “colar de Penela”.

Palavras chave: D. Fernando II, Arqueologia, Coleções Reais Portuguesas

ABSTRACT

Ferdinand II, king-consort of Portugal, gathered over the second half of the 19th century, at Necessidades Palace, in Lisbon, some archaeological objects in gold and silver of great patrimonial interest. In this article we intend to speak about the acquisition and of some of these objects, today dispersed in national and foreign collections, such as the “Tróia cup” (Museum-Library of Casa de Bragança, Vila Viçosa), the pair of bracelets (Museu Nacional de Soares dos Reis, Oporto), the “Braganza brooch” (British Museum, London) or the lost “Penela necklace”.

Key-words: Ferdinand II, Archeology, Portuguese Royal Collections

¹ Constitui este texto uma versão atualizada de uma apresentação por nós efetuada no contexto de uma “mesa redonda” sobre a taça de Tróia que teve lugar Museu Nacional de Arqueologia, no dia 23 de abril de 2018.

Com paixão de antiquario e gosto de artista começou logo a exumar como de jazigos soterrados, no reino e fóra d'elle, objectos raros, estatuas, quadros, armas, vasos, amphoras, pinturas sobre vidro, porcellanas, esmaltes, alfaias e joias. Em tamanho crescimento foram avultando os primores de arte assim alcançados, que acabaram por constituir nos amplos corredores e salões do palacio das Necessidades um museu opulento.

O visconde de Benalcanfor sintetiza nestes termos o largo espectro da atividade colecionista desenvolvida por D. Fernando II (1816-1885), no elogio histórico proferido em 1886 na Academia das Ciências de Lisboa, um ano após a morte daquele que se consagrou como uma das figuras axiais do nosso Romantismo (Benalcanfor, 1886, p. 7). Nascido em Viena, Áustria, e estabelecido em Portugal ao contrair matrimónio com D. Maria II, no ano de 1836, o rei-consorte destacou-se igualmente enquanto artista amador, mecenas das artes e protetor do património, numa pluralidade de interesses a que não foi estranha a arqueologia.

Na sequência da aquisição do mosteiro de Nossa Senhora da Pena, na serra de Sintra, em 1838, transformado num marco do revivalismo eclético europeu, estendeu a sua ação ao vizinho Castelo dos Mouros que tomou por aforamento, promovendo dispendiosos trabalhos de reconstrução e demais melhoramentos. Numa memória então oferecida ao monarca, o prior da freguesia de S. Martinho, “sabendo o gosto que Vossa Magestade tem pelas antiguidades desta villa”, sugeria que ali fossem reunidas lápides epigrafadas e demais testemunhos arqueológicos dispersos por aquela região, criando assim “um depósito em forma de cemitério romano ou qualquer outra delineação conforme o gosto de Vossa Magestade” (Barreto, 1888, p. 9). Só em pleno século XX foi cumprido esse intento, noutra local, com a abertura do Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas, mas o que importa realçar é o escrúpulo das intervenções de D. Fernando no castelo, como revelam as ossadas então encontradas, colocadas num memorial encimado por uma cruz e um crescente lunar, por se desconhecer se aquelas tinham origem cristã ou muçulmana.

O interesse do rei pela arqueologia reafirma-se em 1849, ao aceitar o título de “protetor” da Sociedade Arqueológica Lusitana, criada naquele ano por um grupo de entusiastas de Setúbal com o objetivo de promover escavações nas ruínas de Tróia (então erroneamente tida como a cidade romana de Cetóbriga), e proceder à criação de museu onde deveria ser exposto o espólio ali encontrado. O donativo financeiro que dispensou para esse fim (300\$000 réis), tal como o realizado por D. Pedro de Sousa Holstein (1781-1850), duque de Palmela (200\$000 réis), primeiro e efêmero presidente da sociedade, estimularam os trabalhos mas estes viram-se forçosamente suspensos em 1856, por falta de outros apoios (Caetano, 2017, p. 59). O produto

das escavações, na ausência de um espaço disponível para o acolher, ficou então dividido por diferentes associados e, em 1868, seria em parte transferido para a Academia de Belas Artes de Lisboa (Xavier, 2012, p. 83).

Mau grado a paralisação dos trabalhos da sociedade, as ruínas de Tróia continuaram a merecer a atenção de D. Fernando II e também dos seus filhos, nomeadamente, de D. Pedro V (1837-1861) que as visitou na companhia do reputado especialista alemão Emil Hübner (1834-1901), ou de D. Luís I (1838-1889) que ali passou um par de horas em abril de 1865. Nessa ocasião, e de acordo com o *Diario de Noticias*, “el-rei observou minuciosamente o pouco que hoje resta d’aquella cidade historica, e lançou elle mesmo mão de uma enchada com que escavou a terra em procura de algumas curiosidades”². No mês seguinte, o mesmo jornal, citando um outro de Setúbal, dava conta do interesse de D. Fernando pelo local ao relatar que, “segundo consta, deseja comprar as ruinas da antiga Cetrobriga, ou Troya, cidade romana soterrada na margem esquerda do Sado”, notícia a carecer de confirmação, relacionada talvez com a recente visita do filho³.

A proteção de D. Fernando II estendeu-se ainda à Real Associação dos Arquitectos Civis e Arqueólogos Portuguezes, criada em 1863 para promover o estudo, divulgação e preservação do nosso património histórico, artístico e arqueológico. Foi longamente presidida pelo arquiteto e arqueólogo Possidónio da Silva (1806-1896) que, logo em 1864, fundou um museu nas ruínas da igreja do Carmo, adjacente ao convento lisboeta com o mesmo nome, onde se concentraram diversos testemunhos com interesse patrimonial recolhidos não só na capital mas noutras zonas do país (Martins, 2003, pp. 103-115). Assumiu-se deste então como o local de reunião de uma certa elite intelectual, sobretudo por ocasião das sessões solenes, a que concorreu muitas vezes D. Fernando na qualidade de presidente honorário e protetor do estabelecimento, distribuindo pessoalmente as medalhas e diplomas aos sócios laureados pelos seus trabalhos de investigação.

À associação ofereceu, em 1883, um exemplar em gesso do seu busto e, anos antes, um conjunto de fotografias de parte selecionada dos objetos artísticos que vinha reunindo. Algumas terão ficado arquivadas na biblioteca da associação, mas outras foram expostas no museu como dá conta o respetivo catálogo, aludindo a “trinta e nove quadros com photographias, representando differentes objectos de prata, e prata dourada, da rica collecção pertencente a Sua Magestade El-rei o Senhor D. Fernando”⁴. As imagens em questão foram captadas em 1866, no Palácio das Necessidades, por solicitação do South Kensington Museum de Londres (atual Victoria & Albert Museum), na sequência de uma visita efetuada um ano antes a

² *Diario de Noticias*, 11 de abril de 1865.

³ *Idem*, n.º 116, 16 de maio de 1865.

⁴ *Museu da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*, 1876, p. 17.

Portugal por John Charles Robinson (1824-1913), *art referee* daquele museu (Fontanella, 1996). A este especialista se deve a seleção das peças da coleção real a serem individualmente captadas pelo fotógrafo oficial daquela instituição, Charles Thurston Thompson (1816-1868), na que foi a primeira grande campanha profissional de reprodução pela fotografia de obras de arte no nosso país.

A taça de Tróia

Fundamentais para o estudo das coleções reunidas por D. Fernando II, aquelas imagens permaneceram longamente olvidadas pela historiografia, tendo-nos sido possível participar do processo que possibilitou em 2014 a sua identificação e posterior divulgação em suporte digital⁵. Na tentativa de procedermos à localização atual do maior número possível de objetos fotografados, dispersos após a morte do rei por diferentes coleções públicas e privadas, nacionais e estrangeiras, foram contactadas várias instituições, entre as quais o Museu-Biblioteca da Casa de Bragança que acusou a existência no seu acervo de uma taça executada numa liga de prata e decorada com relevos. Conservada em reserva e desde há muito inventariada como uma “tigela em metal”, esta peça havia sido pouco antes redescoberta na sequência de um artigo de Maria Teresa Caetano onde surge ilustrada através de um pormenorizado desenho publicado em 1850, a única fonte iconográfica conhecida por quem se debruçara sobre a mesma (Caetano, 2017, p. 58).

A prova fotográfica de Charles Thompson (fig. 1) capta a taça no seu melhor ângulo, sem dar a ver as lacunas que possui e que outras fotografias recentes revelam (fig. 2). Surge contra um fundo neutro, acompanhada por uma pequena placa retangular com a inscrição “one inch”, de maneira a fornecer uma ideia aproximada das suas dimensões, e com a seguinte legenda resultante das classificações efetuadas pelo *art referee* do museu inglês: “BOWL, embossed with marine animals; silver, antique Roman work. In the Royal Palace of Necessidades at Lisbon”. Como podemos verificar pela sombra que a peça projeta, foi fotografada com recurso a luz solar, prática habitual na época, obrigando à deslocação da mesma para um espaço exterior.

O percurso da taça até dar entrada na coleção de D. Fernando II encontra-se bem documentado e já estudado, tanto no artigo acima mencionado como no publicado posteriormente por Mónica Rolo (2018). Sabe-se ter sido encontrada de forma casual em 1814, na sequência de um aluimento de

⁵ Na sequência de uma investigação desenvolvida com Maria do Rosário Jardim (PNA) sobre as coleções de ourivesaria da família real e da Coroa, foi-nos possível aceder em 2014 às fotografias da Associação dos Arqueólogos Portugueses. A presença nas mesmas da marca ou selo branco do South Kensington Museum (atual V&A Museum), levou-nos ao contacto com aquele museu inglês que gentilmente procedeu à digitalização integral da série conservada no seu arquivo, disponibilizando-a no seu site.



Figura 1: Taça "de Tróia", prova de albumina de Charles Thompson, 1866. ©Victoria & Albert Museum, 58519.



Figura 2: Taça "de Tróia", Museu-Biblioteca da Casa de Bragança, inv. ARQ3970. ©Alexandre Vaz.

areias em Tróia, no interior de um pequeno cofre de chumbo contendo outros artefactos que ficaram na posse do então governador civil de Setúbal (Caetano, 2017, pp. 57-58). O duque de Pamela, figura a quem a Antiguidade

Clássica muito interessou e que vimos ter assumido a presidência da Sociedade Arqueológica Lusitana, procedeu à sua aquisição e preocupou-se com o seu estudo, tendo para tal mandando executar algumas réplicas em gesso e cera com o objetivo de serem enviadas a especialistas estrangeiros. Ao que tudo indica, a peça fora encontrada intacta e apenas se fraturou após uma reação química à lâmina de um canivete colocada no seu interior, originando manchas cuja remoção com água se procurou fazer (Rolo, 2018, pp. 248-249).

Em 1850, a taça (ou pátera como era então designada) foi enviada a D. Fernando II, como revela uma carta do próprio ao duque de Palmela, onde acusa e agradece a sua receção, no que terá constituído uma oferta. Esse documento dá a conhecer a intenção do rei em remeter um *fac-simile* da mesma a um seu conhecido, o professor de Teologia, numismata e colecionador Friedrich Daniel Shimko (1796-1867), no intuito de lançar alguma luz sobre a peça (Caetano, 2017, p. 58). Desconhece-se a eventual resposta deste e dos restantes especialistas consultados, assim como o paradeiro das reproduções, restando a apreciação do vice-presidente da Sociedade Arqueológica Lusitana, o padre Manuel Gama Xaro (1800-1870) que supunha ter sido destinada a práticas rituais e religiosas (Rolo, 2018, p. 248). Virgílio Hipólito Correia considerou mais recentemente poder estar associada a gestos de hospitalidade e cortesia, como sugerem os relevos com uma cena de *xenia*, peixes, frutos, animais e demais alimentos a ser consumidos⁶.

Prova do interesse que D. Fernando II devotava a esta taça, é um inventário manuscrito pelo próprio em 1866, onde surge incluída entre objetos em prata e ouro da sua já representativa coleção. Conservado no Palácio Nacional da Pena e a aguardar por publicação futura, acompanhada por um estudo introdutório em curso⁷, este documento revela-se fundamental para o conhecimento da atividade do rei enquanto colecionador, dado que este alude, em discurso direto, aos objetos reunidos, fornecendo curiosas informações acerca dos mesmos:

N.º 111) Antigo vaso romano de sacrificio, em relevo aonde ainda se veem em parte vestígios de douradura. O relevo representa varios animaes, peixes etc. etc. Este vaso é rarissimo e precioso. Foi achado em Setubal já ha muitos annos e passando por muitas mãos veio finalmente às minhas. Tinha antigamen-

⁶ Veja-se o artigo publicado na edição portuguesa da revista *National Geographic*, n.º 207, junho de 2018. Disponível em: <https://nationalgeographic.sapo.pt/ciencia/actualidade/1970-marcelo-taca-perdida>

⁷ No âmbito da iniciativa editorial da PSML “Coleções em Foco”, com o título: “Propriedade Minha”: *ourivesaria, marfim e esmaltes das coleções de D. Fernando II*.

*te uma pega, qual pega se acha até hoje no museu de Evora. –
propr. minha*⁸

A referência à existência de uma pega ou asa estará talvez relacionada com uma lacuna lateral que a taça apresenta, no entanto, essa ideia deverá ser hoje refutada, não só pelas características formais da peça como por não ter sido identificada no referido museu qualquer elemento com que possa estar relacionada⁹. De realçar a classificação do rei como “vaso romano de sacrificio”, na esteira das apreciações do padre Manuel Gama Xaro, assim como a convicção de se tratar de um objeto “raríssimo e precioso”.

Na sequência da morte D. Fernando II, em 1885, foi organizado um “inventário orfanológico” onde a descrição sumária de cada um dos objetos por si reunidos surge associada à avaliação dos mesmos, para efeito das partilhas a efetuar entre os diferentes herdeiros do colecionador¹⁰. Organizado em vários volumes dada a grande expressão dos bens móveis e imóveis, nele foi-nos possível localizar a taça em apreço, no Palácio das Necessidades, exposta no gabinete de trabalho do falecido monarca que concentrava o essencial da sua coleção de ourivesaria. A breve descrição efetuada pelos inventariantes, assim como o valor atribuído, demonstram já o desconhecimento sobre a mesma: “N.º 1253 Uma taça de bronze trabalho bisantino que deve ter sido encontrada em alguma escavação marcada com o numero dois mil cento e noventa e quatro. Avaliada na quantia de 27\$000 réis”¹¹.

Outro volume do mesmo inventário revela ter integrado o núcleo de peças selecionado pelo rei D. Carlos (1863–1908) nas partilhas dos bens do seu avô, o que ocorreu apenas em 1892 atendendo à complexidade do processo da herança¹². A seleção de D. Carlos abrangeu aliás outras preciosidades arqueológicas, como veremos em seguida, mas o desconhecimento sobre a taça aprofundou-se dois anos após a sua morte, na sequência da implantação da República, em 1910. No arrolamento ou inventário judicial mandado executar pelo novo regime, aquela surge no mesmo palácio com o n.º 6449, descrita como “Uma tigela de metal, antiga, com ornamentação em

⁸ APNP, Inventário manuscrito por D. Fernando II das suas coleções de ourivesaria, marfins e esmaltes, 1866, CE29 [cota provisória].

⁹ De acordo com um mail trocado com Virgílio Hipólito Correia a 23/03/2018.

¹⁰ Eram estes a condessa d’Elda, segunda mulher de D. Fernando II (a partir de 1869), e os filhos que teve com D. Maria II: o rei D. Luís (falecido em 1889 no decorrer do longo processo da herança e a quem sucederam os seus filhos, D. Carlos e D. Afonso), o infante D. Augusto (falecido solteiro também em 1889, sendo a sua quota-parte distribuída pelos restantes), a infanta D. Antónia, residente em Sigmaringen, e os seis filhos menores da infanta D. Maria Ana (falecida um ano antes do pai, em Dresden), constituindo estes uma só cabeça.

¹¹ ANTT, Inventário orfanológico de D. Fernando II, vol. 2, n.º 765, fl. 526v.

¹² *Idem*, vol. 8, fl. 4598v. (n.º 1253).

relevo"¹³, caindo então na obscuridade até, decorridos mais de cem anos, ser por fim identificada em Vila Viçosa.

Ouro arcaico

Durante o século XIX foram frequentes os achados fortuitos de objetos em ouro um pouco por todo o território nacional, sobretudo no contexto de trabalhos agrícolas ou de outras operações que envolveram a escavação de terras, causando natural surpresa entre os achadores. Enquadráveis no domínio da joalheria, com o predomínio de colares e braceletes de assínvel peso, estes objetos foram muitas vezes vendidos a ourives locais que, no melhor dos casos, os revenderam a colecionadores ou amadores interessados, tendo outros sido lamentavelmente destinados à fundição, por des-



Figura 3: Braceletes "de Castro Verde", prova de albumina de Charles Thompson, 1866. ©Victoria & Albert Museum, 58501.

¹³ Foi arrolada no antigo quarto do particular do rei D. Carlos onde após 1908 se arrecadaram diversos objetos provenientes dos seus aposentos, tendo sido entregue em 1912 a Fernando Eduardo de Serpa Pimentel, representante de D. Manuel II. APNA, Arrolamento do Palácio Nacional das Necessidades, vol. 3, fl. 887v.

conhecimento ou indiferença quanto à sua importância histórica e artística (Pereira, 2018, pp. 278-279).

D. Fernando II viria a possuir alguns exemplares bastante representativos, entre os quais dois braceletes incluídos na já referida campanha fotográfica de Charles Thompson de 1866 (fig. 3), o que revela também o interesse do museu inglês por este tipo de objetos. A legenda da fotografia indica terem sido encontrados próximo do rio Tejo, informação inexata como revela a relação manuscrita pelo monarca naquele ano, dando a conhecer não só o local como a data da descoberta que supunha de origem árabe:

N.º 154 e 155) Duas pulseiras de ouro fino muito antigas (Eu reputo-as arabes), pesando 16 onças, achadas no dia 30 de abril de 1866 por um trabalhador que andava escavando terra para um moinho em construção, próximo à villa de Castro Verde. São duas peças sumamente curiosas e lastima é não se saber ao certo a sua origem. Comprei-as, quasi sem medeaneio, áquele que as achou – propr. minha¹⁴

O achado teve à época algum impacto, com honras de ser mencionado no *Diario de Noticias* que revela as dimensões das peças, tidas como romanas, divulgando o nome do achador e do intermediário que as transportou para Lisboa, no intuito de serem comercializadas:

Fez-se um precioso achado archeologico no rocio de S. Sebastião, junto a Castro Verde. Um trabalhador chamado Francisco Gato, que alli andava cavando, achou em um pequeno túmulo d'argamassa, e entre algumas cinzas, dois braceletes de oiro romanos do peso de 17 onças. Os braceletes estão perfeitamente conservados. Tem de comprimento 0m,058, de circunferência na parte mais larga 0m,028, e na mais estreita 0m,002. Já vieram para Lisboa e foram trazidos pelo sr. Manuel Joaquim Almodovar¹⁵.

Seis dias após a publicação desta notícia, Manuel Joaquim Almodôvar, presumível local a atuar no negócio, assinava o recibo de venda das “duas pulseiras em oiro que acharam em Castro Verde, as quais vendi a Sua Magestade El-Rei o Senhor D. Fernando”, no total de 260\$000 réis, indicando que deste valor receberia “como gratificação” 65\$600 réis ao abrigo de um acordo com o achador, Francisco Gato, a quem seriam entregues os res-

¹⁴ APNP, Inventário manuscrito por D. Fernando II das suas coleções de ourivesaria, marfins e esmaltes, 1866, CE29 [cota provisória].

¹⁵ *Diario de Noticias*, n.º 399, 8 de maio de 1866.



Figura 4: Braceletes "de Castro Verde". Museu Nacional de Soares dos Reis, inv. 119/1/2 Our ©José Pessoa/ DGPC/ADF. <http://www.matrizpix.dgpc.pt/MatrizPix/Fotografias/FotografiasConsultar.aspx?TIPOPESO=2&NUMPAG=2®PAG=50&CRITERIO=pulseira&IDFOTO=7950>

tantes 194\$400 réis¹⁶. Com uma assinalável comissão de cerca de 25%, o intermediário estaria consciente de que o valor dos braceletes ultrapassaria o seu peso em ouro, tendo tomado a avisada decisão de os levar para Lisboa onde seriam devidamente apreciados. Foram assim salvaguardados, ao contrário do que sucedeu com outros dois braceletes, registados através de um desenho conservado na Biblioteca Pública de Évora, região onde foram encontrados na década de 1840, tendo sido fundidos pelo ourives que os adquiriu (Pereira, 2018, pp. 296-298).

Tratou-se aparentemente da primeira compra de objetos arqueológicos em ouro por D. Fernando II, estando bastante bem documentada o que é raro neste tipo de situações. Foram mais tarde escolhidos para figurar na Exposição Retrospectiva de Arte Ornamental Portuguesa e Espanhola, em 1882, junto de outras obras de arte das coleções do rei que presidiu à comissão diretora dos trabalhos, naquele que foi o momento de consagração da sua atividade enquanto colecionador¹⁷.

¹⁶ MBCB, AH, Secretaria de D. Fernando II, documentos de despesa, recibo de 14/05/1866, NNG 3339. Este documento foi já citado por Mónica Rolo (Rolo, 2018, p. 225) sem o relacionar com a peça em questão, agora identificada.

¹⁷ Foram expostos na Sala F, dedicada às coleções de D. Fernando II, com o n.º 106 "Pulseira celtica de ouro maciço encontrada em Portugal. Sua Magestade El-Rei o Senhor D. Fernando" e n.º 107 "Pulseira celtica de ouro maciço, encontrada em Portugal. Sua Magestade El-Rei o Senhor D. Fernando". *Catalogo illustrado da exposição retrospectiva de arte ornamental portuguesa e hespanhola*, 1882, p. 249.

O inventário orfanológico realizado na sequência da morte do monarca, localiza os braceletes numa vitrina da biblioteca dos seus aposentos no Palácio das Necessidades, com o n.º 2493, tendo sido então avaliados na quantia de 360\$000 réis¹⁸. No processo de partilhas transitaram para a posse de D. Carlos¹⁹ e, a partir de 1908, para o filho, D. Manuel II (1889-1932) que os conservou nos seus aposentos, local onde foram arrolados após a implantação de república, curiosamente, como “duas manilhas africanas de ouro”²⁰, revelando o desconhecimento dos ourives-inventariantes por este tipo de

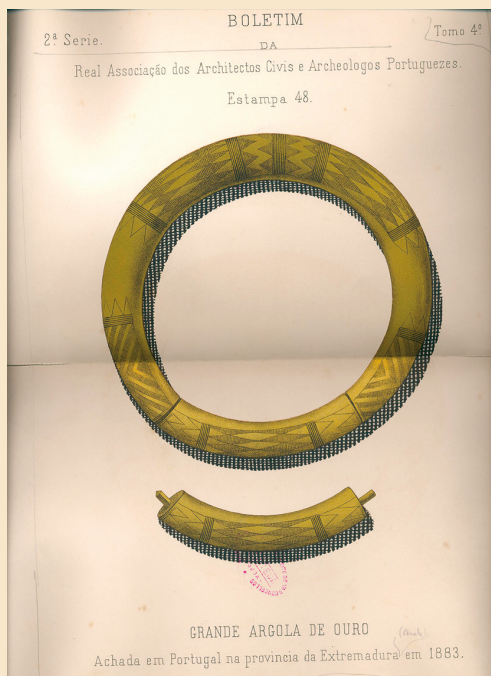


Figura 5: Colar “de Penela”, ilustração publicada no *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*, 1883. ©DGPC, Museu Nacional de Arqueologia. https://www.museuarqueologicodocarmo.pt/publicacoes/arqueologia_historia/serie_2/Tomo_IV/s2_tomo_IV_Bol4.pdf.

peças. Deram depois entrada na casa-forte daquele palácio até que em 1941 foram transferidos com outros objetos das antigas coleções reais para o Museu Nacional de Soares dos Reis, na cidade do Porto (fig. 4).

Figuram hoje entre os destaques do acervo desse museu, classificados como executados durante a 1ª Idade do Ferro (séc. VII-VI a. C.) e, na ausência de dados concretos, tradicionalmente tidos como provenientes de um local não identificado do Norte de Portugal²¹. Como atrás verificámos, o Sul (Castro Verde, Baixo Alentejo) é o contexto territorial destes braceletes que, já foi notado, apresentam paralelos técnicos e decorativos com outras peças congêneres de origem ibérica, nomeadamente, dos grupos Villena-Estremoz e Sagrajas-Berzocaña (Correia, 2007, pp. 90-91; 2013, p. 45).

¹⁸ ANTT, Inventário orfanológico de D. Fernando II, vol. 2, fl. 872v.

¹⁹ *Idem*, vol. 8, fl. 4599 (n.º 2493).

²⁰ Foram arrolados com o n.º 1122: “Duas manilhas africanas de ouro, pesando 481 gramas” consideradas propriedade particular e detentoras de “valor artístico”. APNA, Arrolamento do Palácio Nacional das Necessidades, vol. 1, fl. 168v.

²¹ Esta informação consta não só nas fichas de inventário das peças, disponibilizadas pelo MNSR no Matriz.net, como em todas as publicações onde surgem referenciadas e que tivemos oportunidade de consultar.

Em 1883, outro objeto em ouro arcaico deu entrada na coleção de D. Fernando II, por intervenção de Possidónio da Silva que no boletim da associação por si presidida, escreveu acerca do achado, ilustrando-o com uma estampa onde foi reproduzido à escala e a cores (fig. 5). De acordo com o autor, a responsável pela descoberta fora uma menina de sete anos que em outubro daquele ano, ao pastorear o seu rebanho nos arredores de Penela (distrito de Coimbra), escavara casualmente o terreno com um pau, ficando atraída pelo brilho dourado de algo semelhante a uma argola de grandes dimensões:

*A cachopa, posto se admirasse de ver aquelle objecto appa-
recido por modo tão singular, não supoz que podesse ter grande
estimação por ter sido encontrado no matto; e quis ir mostral-
-o á familia; partindo para a casa, mettu a argola no braço,
porém não a pôde supportar por causa do peso, e fe-la depois
rodar pelo chão até á sua habitação (Silva, 1883, p. 62).*

Segundo o mesmo relato, o pai da menina deslocou-se a Coimbra para aferir se o achado teria algum valor, tendo contactado um serralheiro que lhe ofereceu 500 réis por considerar tratar-se de ferro dourado. Como outro negociante subiu a oferta para 4\$500 réis, resolveu consultar um ourives que atestou ser em ouro o objeto, encaminhando-o para um colega suscetível de ter interesse em o adquirir. Ofereceu este último 700\$000 réis, “o que o pobre pastor aceitou logo, como sendo numa fortuna inesperada que o Ceu lhe deparava” refere Possidónio, a quem o comprador terá narrado toda a história, ainda em Coimbra, para onde se precipitou ao saber do achado (Silva, 1883, p. 62).

Consciente da sua raridade, supondo-o “um adorno para o collo de uma divindade”, apressou-se a garantir a sua salvaguarda numa coleção nacional, contactando de igual modo vários especialistas europeus no intuito de divulgar e aprofundar o conhecimento acerca do colar. Em resposta à solicitação de Possidónio da Silva, Gustave Cougny (1815-1885), membro e futuro diretor da Sociedade Francesa de Arqueologia, alongar-se-á em várias apreciações técnicas e estéticas, deixando elogios ao “louable dévouement à la science” de D. Fernando II “qui lui a fait acquérir ce trésor archéologique pour le conserver dans le royaume où il a été découvert” (Cougny, 1884, p. 73).

A aquisição desta peça teve lugar a 30 de novembro de 1883, no mês imediato à sua descoberta, como se depreende de um documento conservado no Arquivo Histórico da Casa de Bragança que a descreve como uma “argola de ouro massiço, tendo uma porção móvel para se abrir porém sem articulação alguma mas somente duas méxas do mesmo metal entrando em cavidades correspondentes, representando o peso do ouro o valor de um conto e cinco mil réis, apresentando a superfície da argola labores mui-

to simples de estilo celtico”. Em contradição com a história veiculada por Possidónio da Silva, refere ter sido “achada pessoalmente” pelo vendedor que dá pelo nome de Eusébio Mendes, “enterrada na propriedade d’elle denominada a Lapa do Moirão ou Valle da Branca, no limite do casal do Milhorado, na freguesia de S. Miguel, da mesma villa e comarca de Penella”²². Corresponderá o vendedor ao pastor anteriormente referido que procurou a sua venda em Coimbra ou ao putativo ourives que a terá adquirido, chamando a si a descoberta? Fica em aberto a questão, mas o que importa realçar são as informações adicionais em relação ao suposto local do achado.

Segundo o inventário realizado após a morte de D. Fernando II, encontrava-se exposto na já referida vitrina da biblioteca dos seus aposentos, com o n.º 2652, “Uma argola grande de ouro” avaliada na quantia de 1.800\$000 réis, tendo integrado nas partilhas dos bens a seleção do rei D. Carlos²³, e passado em 1908 para o seu filho, D. Manuel II²⁴. A permanência nas coleções da casa real portuguesa não possibilitou a sua salvaguarda pois foi furtado com outras peças do Palácio das Necessidades, na sequência da revolução de 5 de outubro de 1910²⁵. Não tendo reaparecido até ao presente, torna-se provável a sua fundição, motivada pelo considerável peso em ouro do colar (1,900 kg), apenas superado por outro muito semelhante, encontrado nos arredores de Évora no final do século XIX ou início do XX (2,130 kg). Em 1921, foi este último vendido por um particular residente em Lisboa ao Musée d’Archeologie Nationale de Saint-Germain em Laye, França, onde figura hoje entre outras peças em ouro da Idade do Bronze (Pereira, 2018, pp. 286-290).

O mais encarecido dos tesouros arqueológicos associados a D. Fernando II é uma fibula (broche) em ouro que em 2001 foi adquirida em leilão pelo

²² MBCB, AH, Secretaria de D. Fernando II, documentos de despesa, 30/11/1883, NNG 3604/3. Este documento foi já citado por Mónica Rolo (Rolo, 2018, p. 225) sem o relacionar com a peça em questão, agora identificada.

²³ ANTT, Inventário orfanológico de D. Fernando II, vol. 8, fl. 4599 (n.º 2652). Note-se que, seguramente por lapso, o número correspondente a esta peça foi incluído no lote de “Moveis do Real Palacio das Necessidades” e não no dedicado ao “Ouro, prata e joias” do mesmo palácio.

²⁴ Foi arrolado pelo regime republicano na casa-forte desse do Palácio das Necessidades, entre os “Objectos de varias especies denominados de D. Manuel II”, com o n.º 16501: “Uma torque celtiberica, de ouro, completamente lisa, pesando cento noventa e sete gramas”. APNA, Arrolamento do Palácio Nacional das Necessidades, vol. 7, fl. 2407v.

²⁵ Apesar de ter sido arrolado na casa-forte desse palácio (veja-se nota anterior), Joaquim de Vasconcelos diz ter sido furtado “nos primeiros dias da Revolução de 5 de Outubro de 1910, da mesma sala onde, dentro de uma vitrine, estava um cofre moderno de ouro, de procedência inglesa, com esmaltes, presente do rei de Inglaterra ao Rei D. Carlos; o punhal *soi-disant*, de B. Cellini, e diferentes relógios de senhora, cravejados de brilhantes. Tudo isto foi roubado com singular arte, sem que dos ladrões ficasse o menor vestígio” (Vasconcelos, 1912, p. 51). Refira-se que o punhal foi mais tarde recuperado (PNA, inv. 4858) e que o cofre referido não chegou a ser furtado (PNA, inv. 4872).



Figura 6: *Fibula Bragança*. British Museum, inv. 2001,0501.1. ©Trustees of the British Museum.

Museu Britânico (fig. 6), estabelecendo à data o valor mais elevado pago no mercado de arte por uma antiguidade arcaica da Europa Ocidental²⁶. Alvo de aprofundados estudos interdisciplinares, acredita-se ter sido realizada no século III a. C. por um ourives de formação helenística, provavelmente ativo na Península Ibérica, para um poderoso patrono desta região, representando um guerreiro com elmo, escudo e punho de espada (já sem lâmina) de influência celta, tendo diante de si um animal feroz, talvez um lobo ou um cão (Perea, 2011). De execução muito requintada, com alguns elementos decorativos em filigrana, mede apenas 5x14x2,5 cm.

Conhecida pela designação de “Braganza Brooch” por ser proveniente das coleções da casa real portuguesa, tem sido relacionada com D. Fernando II, o mais prolixo colecionador da dinastia, muito embora falhem informações documentais sobre a mesma. Não estando incluída na relação que o rei fez dos objetos de ourivesaria da sua coleção, em 1866, nem integrado a campanha fotográfica ocorrida naquele ano, deverá tratar-se de uma incorporação posterior a essa data, como sucedeu com o “colar de Penela” (1883). Acreditamos corresponder ao n.º 2651 do inventário orfanológico²⁷, sumariamente descrita pelos ourives-inventariantes como um “objeto de ouro” e avaliada na quantia de 270\$000 réis, estando colocada junto do colar e dos dois braceletes na mesma vitrina da biblioteca de D. Fernando, o que releva estar o rei consciente do seu interesse arqueológico.

²⁶ Foi arrematado na leiloeira Christie’s de Londres por 1,1 milhões de libras (c. de 360 mil contos), a 15 de abril de 2001.

²⁷ ANTT, Inventário orfanológico de D. Fernando II, vol. 2, fl. 912 (n.º 2651).

À semelhança daquelas peças, foi a fíbula selecionada nas partilhas pelo rei D. Carlos²⁸ mas seria por este cedida a sua mãe, a rainha D. Maria Pia (1847-1911), como se depreende de uma lista manuscrita datável de cerca de 1892 e conservada no arquivo do Palácio Nacional da Ajuda²⁹. Elenca este documento os “Objetos da parte de Sua Magestade El-Rei para Sua Magestade a Rainha”, ou seja, as obras de arte que D. Carlos transmitia à mãe da herança do seu avô, a título de recordação, estando mencionado como “um objeto de ouro (fecho)” e avaliado nos mesmos 270\$000 réis. A indicação adicional de se tratar de um “fecho”, reforça esta tese.

Transferida para o Palácio da Ajuda, residência de D. Maria Pia e do seu filho mais novo, o infante D. Afonso (1865-1920), ali permaneceu até 1925, ano em que Nevada Stoodly Hayes (1876-1941), com quem o infante contraiu matrimónio no exílio, viu concluídos os procedimentos administrativos relativos à obtenção da herança do falecido marido. Foi naquele ano transportada para os Estados Unidos, incluída num lote de outros objetos em ouro, prata e pedras preciosas avaliados na quantia de 188.144\$00 escudos, passando depois pelas mãos de outros colecionadores americanos até dar entrada no British Museum (Mântua, 2014, p. 92).

Associados erradamente a D. Fernando II³⁰, mas provenientes das coleções reais portuguesas, são uma lúnula e um colar em ouro (c. 500-200 a. C.) que integram o acervo do Museu Nacional de Arqueologia onde deram entrada em 1949, via casa-forte do Palácio das Necessidades, sabendo-se terem sido encontrados em data anterior a 1881 nos arredores de Viseu (fig.s 7 e 8). Pertenceram, na realidade, ao seu filho, o rei D. Luís que no final da década de 1860 criou no Palácio da Ajuda uma sala para expor e disponibilizar ao público parte selecionada das coleções da Coroa e das suas coleções pessoais, sobretudo nos domínios da numismática e da ourivesaria, tendo nomeado Augusto Carlos Teixeira de Aragão (1823-1903), erudito colecionador e numismata, para o cargo de conservador (Xavier, 2012, p. 83).

²⁸ *Idem*, vol. 8, fl. 4599 (n.º 2651). Note-se que, seguramente por lapso, o número correspondente a esta peça foi incluído no lote de “Moveis do Real Palacio das Necessidades” e não no dedicado ao “Ouro, prata e joias” do mesmo palácio.

²⁹ APNA, *Objectos d’El Rei D. Fernando: Objectos da parte de Sua Magestade El-Rei para Sua Magestade a Rainha*, 8.6.1. (7). Agradeço a Teresa Maranhas, conservadora das coleções de ourivesaria e joalharia do PNA, a indicação deste documento.

³⁰ A indicação de ter pertencido à coleção de D. Fernando consta das fichas de inventário disponibilizadas pelo MNA no Matriz.net e tem sido também veiculada por algumas publicações. Em 2018, o Museu de História da Cidade de Viseu encomendou réplicas em prata dourada destas peças que se encontram também expostas com a mesma informação.



Figura 7: Lúnula "de Viseu". Coleção do rei D. Luís. Museu Nacional de Arqueologia, inv. Au 294. ©José Pessoa/ DGPC/ADF. <http://www.matrizpix.dgpc.pt/MatrizPix/Fotografias/FotografiasConsultar.aspx?TIPOPESO=2&NUMPAG=1®PAG=50&CRITERIO=lúnula&IDFOTO=2376>



Figura 8: Colar "de Viseu". Coleção do rei D. Luís. Museu Nacional de Arqueologia, inv. Au 295. ©Luísa Oliveira/ MNA-DGPC/ADF. <http://www.matrizpix.dgpc.pt/MatrizPix/Fotografias/FotografiasConsultar.aspx?TIPOPESO=2&NUMPAG=5®PAG=50&CRITERIO=colar&IDFOTO=21499>

As peças em questão seriam cedidas por D. Luís para figurarem nas exposições de arte ornamental portuguesa e espanhola de Londres (1881)³¹ e Lisboa (1882)³², tendo sido após a sua morte transmitidas ao filho, o rei D. Carlos que com os restantes objetos provenientes da coleção do avô ficou assim com um assinalável conjunto. No arrolamento do Palácio das Necessidades foram elencadas entre os bens pertencentes a D. Manuel II que os recebeu em herança do pai, com a indicação de serem propriedade "particular" e possuírem "valor acheológico"³³.

Algo restrito em número de espécimes, mas muito representativo em termos patrimoniais, o núcleo de preciosidades arqueológicas reunidas por

³¹ *Catalogue of the special loan exhibition of spanish and portuguese ornamental art, 1881*, p. 55, n.º 85 "Torque, in gold, thin, partly flatted, end expanding. Celtic work. H. M. The King of Portugal (from the Palace of the Ajuda)" e n.º 96 "Torque, in gold, flat, punched and beaten work, ends cone-shaped. Celtic. H. M. The King of Portugal (from the Palace of the Ajuda)".

³² Foram expostos na Sala G com o n.º 39 e 40 "Dois torques celtibericos de oiro com ornatos toscos. Foram encontrados próximo de Viseu. Sua Magestade El-Rei o Senhor D. Luiz". *Catalogo illustrado da exposição retrospectiva de arte ornamental portuguesa e hespanhola, 1882*, p. 132.

³³ Foram arroladas na casa-forte desse palácio, com o n.º 16500 "Duas torques celtibéricas, de ouro, com ornatos toscos, pesando ambas noventa e oito gramas". APNA, Arrolamento do Palácio Nacional das Necessidades, vol. 7, fls. 2407v.

D. Fernando II é revelador de um interesse específico no âmbito do colecionismo daquele tempo, em parte também extensível a D. Luís, originando um importante legado que foi preservado pela família real até 1910. A implantação da república e a consequente dispersão dos objetos, levou ao obscurecimento dessa realidade que aqui procurámos dar a conhecer, reconstituindo na medida do possível as principais incorporações efetuadas e os mecanismos de circulação das mesmas após 1885. A pesquisa documental em curso no âmbito de uma investigação mais alargada sobre as coleções de D. Fernando II, poderá no futuro responder a algumas das questões que permanecem em aberto.

Fontes e Bibliografia

- ANTT, Inventário orfanológico de D. Fernando II, vol. 2, PT/ADLSB/JUD/TCLSB/B-X/001/00001-1 e vol. 8, PT/ADLSB/JUD/TCLSB/B-X/001/00001-7. Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt>
- APNA, Arrolamento do Palácio Nacional das Necessidades, vol. 1, PT/PNA/DGFP/0001-001/0001/00010 e vol. 7, PT/PNA/DGFP/0001-001/0007/0000. Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt>
- APNA, *Objectos d'El Rei D. Fernando: Objectos da parte de Sua Magestade El-Rei para Sua Magestade a Rainha*, 8.6.1. (7).
- APNP, Inventário manuscrito por D. Fernando II das suas coleções de ourivesaria, marfins e esmaltes, 1866, CE29 [cota provisória].
- BARRETO, António Gomes (1888) – Antiquidades romanas do termo de Cintra. *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*. 2ª série, Tomo VI, n.º 1, pp. 9-12.
- BENALCANFOR, Visconde de (1886) – *Elogio Histórico de Sua Magestade El-Rei o Senhor D. Fernando II (...)*. Lisboa: Typ. Da Academia Real das Sciencias.
- CAETANO, Maria Teresa (2017) – “O rei D. Fernando II e a arqueologia portuguesa – mecenato régio e associativismo patrimonial”. *Al-Madan*. II série, 21, tomo 2, janeiro de 2017, pp. 54-62. Disponível em: https://issuu.com/almadan/docs/al-madanonline21_2
- Catalogo illustrado da exposição retrospectiva de arte ornamental portugueza e hespanhola [...]*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1882.
- Catalogue of the special loan exhibition of spanish and portuguese ornamental art*. London: South Kensington Museum, 1881.
- CORREIA, Virgílio Hipólito (2013) – A ourivesaria arcaica no ocidente peninsular. Estado da questão, problemáticas arqueológicas e perspetivas de desenvolvimento de campo de estudo. *O Arqueólogo Português*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia/Imprensa Nacional – Casa da Moeda. 2ª série, vol. 3, pp. 14-114.
- CORREIA, Virgílio Hipólito (2007) – The Early Iron Age Transition in the goldwork of the West of the Iberian Peninsula. *Beyond Stonehenge: essays on the Bronze Age in honour of Colin Burgess*. Oxford: Oxford Books, pp. 90-96.

- COUGNY, Gustave (1884) – A Argola encontrada em Penella (carta de mr. G. de Cougny). *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*. 2ª série, Tomo IV, n.º 5, pp. 70-73.
- Diario de Noticias*, 11 de abril de 1865, n.º 116, 16 de maio de 1865 e n.º 399, 8 de maio de 1866.
- FONTANELLA, Lee (1996) – *Charles Thurston Thompson and the iberian photographic project*. A Coruña: Xunta de Galicia.
- MÂNTUA, Ana Anjos (2014) – Nevada, a herdeira americana da família real portuguesa. *Artis*. Casal de Cambra: Caleidoscópio. 2ª série, n.º 2, pp. 90-97.
- MARTINS, Ana Cristina (2003) – *Possidónio da Silva e o Elogio da memória, 1806-1896: um percurso na Arqueologia de Oitocentos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses.
- Museu da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes no Largo do Carmo*. Lisboa: Typographia Universal, 1876.
- PEREA, Alicia (ed.) (2011) – *La Fíbula Braganza/The Braganza Brooch*. Madrid: Ediciones Polifemo.
- PEREIRA, Elisabete (2018) – *Colecionismo arqueológico e redes de conhecimento. Atores, coleções e objetos (1850-1930)*. Casal de Cambra: Caleidoscópio.
- ROLO, Mónica (2018) – A propósito de uma taça romana da coleção de arqueologia da Fundação da Casa de Bragança. *Anales de Arqueologia Cordobesa*. Córdoba. 29, 2018, pp. 245-262. Disponível em:
<https://www.uco.es/ucopress/ojs/index.php/anarcor/article/view/11061>
- SILVA, Possidónio da (1883) – Explicação da estampa d'este numero [colar de Penela]. *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*. 2ª série, Tomo IV, n.º 4, pp. 62-63.
- VASCONCELOS, Joaquim de (1912) – O colar de ouro de Penella. *Arte: archivo de obras de arte*. Porto: Marques Abreu. V ano.
- XAVIER, Hugo (2011) – O 'Museu de Antiguidades' da Ajuda: numismática e ourivesaria das coleções reais ao tempo do rei D. Luís. *Revista de História da Arte*. Lisboa: IHA-FCSH-UNL. 8, pp. 70-87.
- XAVIER, Hugo (2012) – *O Museu de Arte Ornamental da Academia de Belas Artes de Lisboa*. MVSEU. Porto: Círculo Dr. José de Figueiredo. 4ª série, n.º 19, pp. 67-94.

Abreviaturas:

- AHCB – Arquivo Histórico da Casa de Bragança
ANTT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo
APNA – Arquivo do Palácio Nacional da Ajuda
APNP – Arquivo do Palácio Nacional da Pena
MBCB – Museu-Biblioteca da Casa de Bragança
MNA – Museu Nacional de Arqueologia
MNSR – Museu Nacional de Soares dos Reis
PNA – Palácio Nacional da Ajuda
PNP – Palácio Nacional da Pena

